

HABEAS CORPUS Nº 502.253 - SP (2019/0094350-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **FLAVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA**
ADVOGADO : **FLÁVIO RODRIGUES DA SILVA BATISTELLA - SP0179070**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **FELIPE MATHEUS BACANELI SANTANA (PRESO)**

DECISÃO

Por meio deste *habeas corpus*, pretende-se a imediata revogação da prisão cautelar decretada contra **Felipe Matheus Bacaneli Santana** nos Autos n. 1500270-23.2019.8.26.0603, da 1ª Vara Criminal da comarca de Araçatuba, sob os argumentos, em resumo, de falta de fundamentação idônea a amparar a custódia e de desproporcionalidade da medida frente a eventual condenação.

É o relatório.

Percebo a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Confira-se o teor da decisão de conversão da prisão em flagrante em preventiva (fls. 55/57 – grifo nosso):

[...] Vistos. Nos termos do artigo 310 do Código de Processo Penal, o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, deverá: (i) relaxar a prisão ilegal; (ii) converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do artigo 312 do Código de Processo Penal e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversa da prisão; ou (iii) conceder liberdade provisória com ou sem fiança. O auto de prisão em flagrante, da forma como se apresentado, reveste-se da legalidade exigida, estando configurada situação prevista no artigo 302 do Código de Processo Penal, não sendo, portanto, caso de relaxamento. Verifico, ainda, a regularidade do laudo de constatação prévia de substância entorpecente de fl. 30. Segundo consta, as testemunhas policiais civis relatam que receberam denúncia noticiando que o indiciado estaria traficando drogas em sua residência. Foram feitas diligências preliminares que constatou comportamento típico do crime, bem como apurou-se nas diligências preliminares que na residência moravam uma mulher e um jovem. Em cumprimento de mandado de busca domiciliar expedido pela 1ª Vara Criminal desta comarca, foram até o local e lá chegando, visualizaram o indiciado sentado na garagem da residência, reconhecido das diligências anteriores. Ao adentrarem na garagem foi localizado ao lado em que o indiciado estava sentado, 01 (um) estojo de óculos, uma nota de R\$ 10,00 (dez reais) e 01 (um) telefone celular (samsung), sendo que ao abrirem o estojo, prontamente lograram em encontrar 39 (trinta e nove) porções de maconha, devidamente embaladas, próprias para o comércio da droga. Ao indagá-lo sobre a maconha e o dinheiro, prontamente, confessou aos policiais civis que está traficando há 02 (dois) meses, inclusive que

havia adquirido meio quilo de maconha na cidade de Birigui/SP pelo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e estava fracionando para a venda, inclusive que vendia cada porção pelo valor de R\$ 5,00 (cinco reais). Continuaram nas diligências e, após buscas na residência, encontraram na cozinha 03 (três) pequenos rolos de plástico filme, idênticos ao que embalava às drogas. Continuando as buscas, encontraram 01 (uma) faca de serra sobre o criado mudo no quarto do indiciado e, ao verificarem a lâmina da faca, constatou-se que a mesma estava com resquícios de maconha. Ato contínuo, foi indagado sobre a faca e informou que realizava o corte da maconha com este objeto. Em continuidade, encontraram sobre a prateleira de madeira no quarto dos fundos, uma réplica de pistola “Taurus”, modelo PT 24/7, com dois carregadores. Logo depois, de posse do mandado judicial de busca que também autorizava o manuseio de celulares para verificação do seu conteúdo, constataram conversas de venda de drogas, onde foi realizado “print” de uma delas. Os policiais relatam também que anteriormente já presenciaram atos de tráfico no local, antes mesmo de pedir o mandado de busca. Em seu interrogatório perante a Autoridade Policial (fl. 06), o indiciado permaneceu em silêncio. **Após análise dos autos, no momento, reputo necessária a custódia do indiciado para manter a ordem pública, garantir a possível instrução penal, assim como a aplicação da lei penal. Ademais, as medidas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal revelam-se inadequadas para o caso. No presente caso, o indiciado foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de entorpecentes (art. 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06), delito gravíssimo e que causa repercussão geral. A ordem pública é ofendida quando a conduta do agente provoca algum impacto na sociedade, lesando valores significativamente importantes. No caso, a ofensa é palpável. O laudo de constatação prévia de fl. 30 constatou ser a substância entorpecente maconha, com peso total de 53,45 gramas. Portanto, presentes indícios de materialidade e também da autoria do crime de tráfico de drogas, mormente pelo auto de prisão em flagrante (fl. 01), boletim de ocorrência (fls. 07/10), auto de exibição e apreensão de fls. 12/13, laudo pericial, “print” da tela do aparelho celular do indiciado (fls. 24/25) e relato das testemunhas (fls. 02/05), as quais descreveram a dinâmica dos fatos que, a princípio, indicam a prática do delito pelo indiciado, vez que relataram que havia denúncia de que o indiciado estava traficando drogas em sua residência, bem como visualizaram movimentação típica de tráfico no local, encontraram o entorpecente no interior da residência, troca de mensagens no aparelho celular do indiciado que indicam a mercancia ilícita e este confessou, informalmente, aos policiais a prática do delito. No caso em testilha, na atual fase, devem prevalecer os princípios da defesa social, da segurança e da segura instrução penal. Também, são princípios que, de forma escoreita, embasam ainda mais os requisitos da prisão cautelar. Em que pese o indiciado ser, em tese, primário (fls. 31/34), há necessidade de manter a custódia, por ora, a fim de se evitar a reiteração na prática delitiva.** De igual modo, a mera existência de qualidades subjetivas supostamente favoráveis ao indiciado não induz direito à liberdade provisória, quando presentes os requisitos legais da custódia. Neste sentido, “o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não impede a decretação da prisão cautelar, notadamente se há nos autos elementos suficientes para justificar a segregação preventiva” STJ, HC 339673/MG, 16/02/2016. Vale ressaltar, “Por derradeiro, quanto à possibilidade de o paciente cumprir pena em situação mais benéfica, em caso de eventual condenação, entendo inviável cogitar-se acerca de dosagem sancionatória em concreto com base em mero prognóstico, exercício de futurologia fundada em incipientes dados oriundo de um processo em que a instrução judicializada mal se iniciou” STJ, R HC

068938,28/03/2016, ainda mais no presente caso em que o suposto crime (tráfico de drogas) possui pena superior a 04 anos, é hediondo e o regime legal inicial é o fechado. Assim, **a prisão do indiciado justifica-se, principalmente, pelo risco da reiteração da conduta criminosa, de maneira que a garantia da ordem pública funciona como arrimo para a custódia**. Portanto presentes o "fumus comissi delicti" e o "periculum libertatis". Por fim, **as medidas cautelares não se mostram adequadas à gravidade concreta do crime de tráfico de entorpecentes**, não preenchido o requisito do artigo 282, inciso II, do Código de Processo Penal. Sendo assim, presentes os requisitos da prisão preventiva (artigo 312 do Código de Processo Penal), estando o flagrante formalmente em ordem, ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE DO AUTUADO FELIPE MATHEUS BACANELI SANTANA EM PRISÃO PREVENTIVA**. [...]

E, ao indeferir o pedido de revogação da custódia, o Juiz de primeiro grau valeu-se da seguinte fundamentação (fls. 76/77 – grifo nosso):

Indefiro o pedido de revogação de prisão preventiva postulado por FELIPE MATHEUS BACANELI SANTANA. **Isto porque, está sendo acusado de crime de tráfico de drogas (artigo 33, "caput", da Lei nº 11.343/06), considerado gravíssimo e equiparado a hediondo**. O laudo de constatação prévia de fl. 30 constatou ser a substância entorpecente maconha, com peso total de 53,45 gramas. Portanto, presente a materialidade do crime e os indícios de autoria, mormente pelo auto de prisão em flagrante (fl. 01), boletim de ocorrência (fls. 07/10), auto de exibição e apreensão de fls. 12/13, laudo pericial, "print" da tela do aparelho celular do indiciado (fls. 24/25) e relato das testemunhas (fls. 02/05), as quais descreveram a dinâmica dos fatos que, a princípio, indicam a prática do delito pelo indiciado, vez que relataram que havia denúncia de que o indiciado estava traficando drogas em sua residência, bem como visualizaram movimentação típica de tráfico no local, encontraram o entorpecente no interior da residência, troca de mensagens no aparelho celular do indiciado que indicam a mercancia ilícita e este confessou, informalmente, aos policiais a prática do delito.

O aprofundamento sobre o mérito da causa somente será feito na fase própria da sentença.

Como se vê, a custódia preventiva está fundada, essencialmente, na gravidade abstrata do delito. Não obstante o Juízo *a quo* tenha feito referência à quantidade de droga apreendida, não aparenta ser absolutamente necessária ou, ao menos, afigura-se como desproporcional a prisão cautelar, levando em consideração que foram 53,45 g de maconha.

A medida de comparecimento periódico em juízo, nas condições a serem fixadas pelo Juiz, e o compromisso de permanecer no distrito da culpa parecem ser bastantes para acautelar a ordem pública.

Defiro medida liminar a fim de permitir que **Felipe Matheus Bacaneli Santana** aguarde em liberdade o julgamento deste *writ*, se por outra razão não estiver preso e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão, caso se apresente motivo concreto para tanto. Por ora, aplico-lhe as medidas cautelares previstas nos incisos I e IV do art. 319 do Código de Processo Penal, devendo o Juízo de primeiro grau estabelecer as condições.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem para que sejam tomadas imediatas providências, solicitando-se-lhe informações detalhadas acerca do andamento do Processo n. 1500270-23.2019.8.26.0603, bem como sobre a atual situação do paciente.

Após prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator